



ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição Câmaras Fria e Caixas Térmicas para atender às necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Subsecretaria de Vigilância em Saúde

1.3. **Fundamentação Legal:** Decreto Federal 10.024/19, Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico, Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	Câmara Fria com Instalação Elétrica: - Equipamento vertical, de formato externo e interno retangular, desenvolvido especificamente para a guarda científica de testes rápidos diagnóstico e de triagem para HIV, Sífilis, Hepatites B e C. - Capacidade para armazenamento mínimo de 120 litros úteis. - Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno, garantindo uma maior homogeneidade na temperatura interna. - Degelo seco automático com evaporação de condensado sem trabalho adicional. - Câmara interna construída em aço inoxidável para longa vida útil e perfeita assepsia. - 05 prateleiras e/ou gavetas deslizantes fabricadas em aço inoxidável com contra portas em acrílico. - Porta de vidro triplo tipo “no fog” ou “cega”. - Isolamento térmico mínimo de 70 mm nas paredes em poliuretano injetado expandido livre de CFC. - Equipado com 04 rodízios especiais com freio na parte frontal para fácil travamento. - Painel de	Unid.	23



	comandos e controles frontal superior, de fácil acesso, com sistema microprocessado pelo display em LCD ou LED, programável de 2°C a 8°C com temperatura controlada automaticamente a 4°C por solução diatérmica. - Iluminação interna em LED de alta capacidade e vida útil, com acionamento na abertura da porta ou externamente no painel frontal. - Sistema de alarme visual e sonoro de máxima e mínima temperatura, falta de energia ou porta aberta, dotado de bateria recarregável. - Silenciador do alarme sonoro de apenas um toque. - Sistema de redundância elétrico/eletrônico, garantindo perfeito funcionamento do equipamento. - Sistema de bateria para acionamento dos alarmes na falta de energia. - Tampa frontal basculante para limpeza do sistema mecânico e filtros. - Chave geral de energia – liga/desliga. - Equipamento disponível em 220V ou Bivolt, 50/60 Hz. - Registro na ANVISA classe II, ISO 13485, FDA ou CE. - Manual do proprietário em Português. - Sistema de emergência para autonomia de até 48 horas na falta de energia;		
2	Caixa Térmica de Poliuretano: Especificações Técnicas – Com capacidade total de 30 litros, tampa e corpo confeccionados em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com isolamento interno em Poliuretano (PU), densidade mínima de 35 kg/mm e espessura mínima de 3cm. Tampa basculante com alça integrada e acionada por um botão que pode abrir para qualquer lado, trancando automaticamente ao fechar.	Unid.	30

2.2. O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Necessidade da Unidade Requisitante, conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.



3.2. A presente proposição para aquisição dos itens para a Vigilância em Saúde justifica-se pela necessidade de dar continuidade aos serviços prestados pela presente subsecretaria, haja vista a necessidade de armazenamento dos testes rápidos diagnóstico e de triagem para hiv, sífilis, hepatites b e c.

4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO, QUANTIDADE E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. A Contratada deverá atender à ordens de fornecimento expedida pela Unidade Requisitante.

4.2. Os itens deverão ser entregues e instalados em parcela única, com prazo não superior a 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, se for o caso.

4.3. A entrega e instalação do item 01, Câmara Fria com Instalação Elétrica, deverá ser realizada na:

- Unidade de Saúde da Família de Amparo deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Rivail Grip, 75, Amparo, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Riograndina deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Praça Nossa Senhora do Rosário, s/nº, Riograndina, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
- Unidade de Saúde da Família de Nova Suíça deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Moisés Moraes Filho, 01, Nova Suíça, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.



-
- Unidade de Saúde da Família de Campo do Coelho deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Jones Muniz s/n, Campo do Coelho, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de Centenário deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua João Cabral, S/nº, Centenário, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de São Lourenço deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Estrada São Lourenço, S/nº, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de Mury de deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Novo Hamburgo, s/nº, Mury, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de Vargem Alta deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Estrada João Heringer, S/nº, Vargem Alta, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de Rio Bonito deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Rio Bonito da Praça, S/Nº, Lumiar, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de Lumiar deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Guilherme Spitz, S/Nº, Lumiar, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de São Pedro da Serra deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Rodrigues Alves, S/Nº, São Pedro da Serra, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.



-
- Unidade de Saúde da Família Olaria I deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Xingú nº 2, Alto de Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família Olaria II deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Espírito Santo, nº 09, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família Olaria III deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Augusto Nicolau Rodrigues, nº 59, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de Varginha deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Francisco Lopes, nº 178, Varginha, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de Stucky deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Estrada do Stucky, S/Nº, Stucky, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família do Cordoeira deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Darcília dos Santos, S/Nº, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família de Conquista deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Estrada Albino de Sá Martins, S/nº, Conquista, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Unidade de Saúde da Família do Terra Nova deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Eugênia de Almeida Maia, nº 110, Área 2, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.



-
- Unidade de Saúde da Família de São Geraldo deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Antonio Augusto Reis, S/nº, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Posto de Saúde Waldir Costa, deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua José Ernesto, 184, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Posto de Saúde Tunney Kassuga de deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Vicente Sobrinho, s/nº, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.
 - Policlínica Centro deverá ser entregue e instalado 01(uma) Unidade na Rua Plinio Casado s/nº, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

4.3.1. A entrega do item 02, Caixa Térmica de Poliuretano, deverá ser realizada na Policlínica Centro, ser entregue na Unidade na Rua Plinio Casado s/nº, sala 5, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

4.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 05 dias úteis, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável;



4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.8. Caso os equipamentos cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

4.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

4.9.1. Manual de operação;

4.9.2. Manual de serviços;

4.9.3. Esquemas eletrônicos;

4.9.4. Procedimentos de calibração;

4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;

4.9.6. Certificado de garantia;

5- CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos.

5.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

5.2.1. Ter assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante no Estado do Rio de Janeiro.

5.2.2. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.



5.2.3. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

5.2.4. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

5.2.5. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

5.2.6. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

5.2.7. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

5.2.8. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

5.2.9. A entrega, o transporte, a descarga, e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa contratada.

5.2.10. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva do equipamento que apresentar defeitos, durante a vigência da garantia.

5.2.11. Ademais, a Contratada deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

5.2.12. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição no prazo máximo de 05 dias úteis de qualquer produto entregue



comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5.3. A Contratada deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

5.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v ou Bivolt/automático.

5.5. A empresa vencedora deverá manter estoque de partes e peças de reposição, bem como assegurar seu fornecimento por um período igual a garantia, a contar da aceitação.

6 – NOMEAÇÃO DOS FISCAIS

6.2. Os Fiscais instituídos no subitem 23.2 serão responsáveis pela execução dos procedimentos para recebimento do equipamento, acompanhamento da respectiva instalação e elaboração da aceitação, conforme devidamente detalhado no decorrer deste documento.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da Contratada ou seu representante, devida e comprovadamente autorizado.

7.2. Os bens serão recebidos:

7.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.



7.2.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a instalação e comprovação de funcionamento do equipamento.

7.3. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pelos fiscais designados no subitem 23.2 deste Termo de Referência.

7.4. Os Fiscais deverão, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

7.4.1. Os equipamentos correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

7.4.2. Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.

7.4.3. Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.

7.4.4. Os equipamentos estão compatíveis com os requisitos de pré-instalação aprovados pela Contratada.

7.5. Verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 7.4.1 a 7.4.4, os fiscais emitirão o documento atestado o recebimento provisório.

7.6. Emitido o documento de recebimento provisório, a Contratada deverá realizar as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 05 dias úteis, e estes ficarão em Funcionamento nas Unidades por um período de experiência de 15 dias corridos, contados da instalação, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.



7.7. Ao final deste período, os fiscais encaminharão relatório à Contratada e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.

7.8. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 7.7 deste documento.

7.9. Aprovados os equipamentos, a equipe técnica da Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

7.10. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 7.7.

7.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

7.12. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, os fiscais, no prazo de 03 dias úteis, deverão comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

7.13. Ademais, os fiscais, no mesmo prazo acima, comunicar ao gabinete desta Secretaria o aceite final dos equipamentos.

8- PRÉ- INSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO



8.1. Ao apresentarem as propostas, as empresas participantes deverão informar à Contratante os requisitos de pré-instalação dos equipamentos, fundamentais para a avaliação da adequação da Unidade de Saúde onde funcionará.

8.2. Os requisitos de pré-instalação deverão atender às prescrições da regulamentação técnica que dispõem sobre a arquitetura e engenharia de estabelecimento de saúde.

8.3. Finalizada a licitação, a empresa vencedora deverá verificar a conformidade das instalações da Contratante em relação aos requisitos previamente estabelecidos. Tal verificação será realizada mediante inspeção local realizada por representante da empresa vencedora, que aprovará formalmente as instalações da Unidade de Saúde.

8.4. O prazo para a realização da inspeção in loco será de 03 dias úteis, a contar da publicação do Resultado de Julgamento no veículo responsável pelas publicações oficiais da Prefeitura de Nova Friburgo.

8.5. Caso a Contratada não emita a aprovação formal no momento da finalização da inspeção local, o prazo para sua apresentação será de 03 dias úteis, contados da data da visita.

8.6. Se, porventura, a inspeção local não for aprovada pela Contratada, será concedido à Contratante o prazo de 20 dias úteis para a adequação do setor que receberá os equipamentos.

8.7. Com a provação final emitida pela empresa vencedora, e no prazo máximo de 05 dias úteis contados de sua emissão, a Contratada realizará as instalações dos equipamentos.

8.8. Para a conclusão das instalações a Contratada, ou seu representante devidamente autorizado, deverá efetuar os testes das instalações dos equipamentos, realizando demonstração de seus funcionamentos aos fiscais de acompanhamento.



8.9. Os custos referentes à pré- instalação e instalação, particularmente aqueles adicionais, que podem ocorrer na adequação do estabelecimento de saúde ou durante as instalações dos equipamentos (quando são adquiridos produtos para a interface ou interconexão, controle ambiental ou proteção de interferências), incluindo custos de eventual acompanhamento ou inspeção pela Contratada, serão integralmente pagos pela empresa contratada.

9- DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. Os fiscais responsáveis pelo recebimento, acompanhar a instalação e aceitação dos equipamentos, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento, instalação e aceitação.

9.2. Os Fiscais deverão realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

10- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

10.1. A Contratada deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

10.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.



10.3. A empresa Contratada deverá possuir equipe de assistência técnica ou representação técnica especializada para a prestação de serviços de manutenção no Estado do Rio de Janeiro.

10.4. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

11- DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

11.1. Fica facultada aos fiscais exigir da empresa classificada pela licitação, a avaliação técnica dos equipamentos antes da adjudicação do vencedor da licitação, a fim de garantir sua qualidade.

11.2. O prazo para solicitação desta avaliação será de 03 dias úteis, contados da data da sessão pública do Pregão Presencial.

11.3. Os fiscais comunicarão ao Pregoeiro se os equipamentos foram aprovados ou não. Caso não sejam aprovados, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

12- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

12.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

13- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



13.1.

13.1.1. Elemento de Despesa Item 01 – 44.90.52.02

13.1.2. Elemento de Despesa Item 02 – 33.90.30.08

13.1.3. Fonte de Recurso – 07 – SUS

13.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

13.2.1. Vigilância em Saúde – Coordenação de IST/AIDS/Hepatites Virais:
30001.10.305.0076.2.201

13.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO,
NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

14 – DA LIQUIDAÇÃO

14.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

15 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

15.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;



15.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

15.1.3. FGTS;

15.1.4. PGE- referente a Divida Ativa;

15.1.5. Municipal – referente ao ISS e Divida Ativa

15.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

15.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

15.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

16-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

16.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

16.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

17- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



17.1. Caberá à Contratante:

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

17.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

17.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

17.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

17.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;



18.2. Efetuar a entrega e instalação das Câmaras Fria, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidades fiscais citadas nos subitens 15.1.1 a 15.1.6;

18.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

18.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

18.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

18.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

18.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

18.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; Sob prévia autorização da contratante em relação a razoabilidade do prazo solicitado.



18.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

19- MEDIDAS ACAUTELADORAS

19.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

20- DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

21- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA



21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

22.1. A Contratada deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

23- DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

23.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

23.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Michelle R. Caetano – Matrícula 007.768 – Fiscal Titular

Tereza Cristina Polo – Matrícula 2651.065 – Fiscal Substituto



23.3. O fiscal do contato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

23.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

23.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

24-DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

24.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

25- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

25.1 – Comete infração administrativa:

25.1.1 – Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

25.1.2 – Apresentar documentação falsa;

25.1.3 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

25.1.4 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

25.1.5 – Não mantiver a proposta;

25.1.6 – Cometer fraude fiscal;

25.1.7 – comportar-se de modo inidôneo;

25.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

25.3 – O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

25.3.1 – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

25.3.2 – impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

25.4 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.



25.5 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

25.6 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26-DA RESCISÃO

26.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

26.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

26.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

26.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

26.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

27 - DO FORO



27.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 18 de março de 2021

Rafael Durans Barros
Secretaria de Saúde
Mat. 62.203

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137